

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO

Art. 1º Atendendo a Resolução COFEN 172 de 1984 constitui-se a Comissão de Ética de Enfermagem do Hospital e Maternidade Jaraguá.

Art. 2º A CEEEn é um órgão representativo do conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina nas questões éticas dos profissionais de enfermagem.

Art. 3º- as finalidades da CEEEn são: educada, opinativa, consultiva, fiscalizadora e de assessoramento nas questões éticas do exercício profissional, nas áreas de assistência, ensino, pesquisa e administração.

Art. 4º- A CEEEn reger-se-á por este regimento, devidamente aprovado em assembleia da categoria e homologada pela plenária do COREN-SC.

CAPÍTULO II - DA NATUREZA E FIM

Art. 5º-A CEEEn foi criada para entender os seguintes objetivos:

I – divulgar o Código de ética dos profissionais de Enfermagem e demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional;

II – promover e ou participar de atividades que visem à interpretação do código de ética e a conscientização dos profissionais de enfermagem da necessidade de disciplina no comportamento ético-profissional;

III – promover e/ ou participar de atividades multiprofissionais ligados à ética:

IV – assessorar e orientar a diretoria de enfermagem, Membros da equipe, clientes, familiares e demais interessados, sobre questões éticas e as implicações advindas de atitude antiéticas.

V – fiscalizar o exercício ético dos profissionais de Enfermagem e as condições oferecidas pela entidade para seu desempenho;

VI – providenciar, averiguar e auxiliar nas denúncias ou fatos antiéticos que tenha conhecimento fazendo os devidos encaminhamentos;

VII – apreciar e emitir parecer sobre questões éticas e projetos de pesquisa que envolva profissionais de enfermagem.

CAPÍTULO III - DA CONSTITUIÇÃO

Art. 6º - A CEEEn está organizada de modo a atender todos os profissionais de Enfermagem em todas áreas de trabalho da entidade, no que se refere aos aspectos éticos do exercício da profissão;

Parágrafo Único – considera-se apenas os profissionais regulamentados pela lei nº 7.498/86 (Auxiliares de enfermagem, Técnicos de Enfermagem e Enfermeiros).

Art. 7º A CEEEn é constituída por Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem:

Observando os seguintes critérios:

I – ter no mínimo um ano de exercício profissional e devidamente inscrito no COREN-SC;

II – ter vínculo empregatício efetivo com a entidade;

III – estar em pleno gozo dos direitos profissionais e civis;

IV – inexistir condenação em processo ético, processo disciplinar, processo civil e processo penal, nos últimos Cinco anos.

Art. 8º - A CEEEn é formada por 01(um) profissional de Enfermagem de nível superior, 01 (um) Auxiliar de Enfermagem. Com seus respectivos suplentes.

Art.9º- É incompatível a condição de membro da comissão de Ética com a Direção/ Gerência do Órgão de Enfermagem.

Art. 10 º - O mandato dos integrantes da CEEEn é de 03 (quatro) anos, a renovação dos membros dar-se-á por eleições diretas;

Art. 11º - A saída dos integrantes da CEEEn poderá ocorrer por término de mandato, afastamento temporário, desistência ou destituição.

Art. 12º - Entende-se por término de mandato, quando os integrantes da CEEEn concluírem os 04 (quatro) anos de gestão.

Art. 13º - Entende-se por afastamento temporário quando um integrante da CEEEn afastar-se por tempo determinado (período máximo de 06 meses).

Paragrafo único – a solicitação deverá ser encaminhada á coordenação da CEEEn, por escrito, com antecedência de 15 (quinze) dias.

Art. 14º - Entende-se por desistência quando qualquer integrante da CEEEn declinar seu cargo.

Paragrafo único – a decisão deverá ser comunicada, por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 15º - Entende-se por destituição, o afastamento definitivo do integrante da CEEEn, que se dará por decisão da mesma em reunião ordinária, constando o fato em ata.

- 1. A destituição ocorrerá nos seguintes casos:
 - a) A ausência não justificada em 04 (quatro) reuniões consecutivas;
 - b) Não estar em pleno gozo dos seus direitos profissionais e/ou civis;
 - c) Perda do vínculo empregatício.
- 2. A destituição implica na perda do direito a nova candidatura para integrar a CEEEn por 02(duas) gestões ou seja 08(oito) anos.

Art. 16º - A substituição dos integrantes da CEEEn poderá se processar da seguinte maneira:

I – Na vacância por afastamento temporário, será integrado o respectivo suplente sendo chamado um novo suplente (em caráter temporário) se o afastamento ultrapassar 30 (trinta) dias.

II – Na vacância de algum membro efetivo, nos motivos descritas no Art.11º, o seu membro suplente passa a ser efetivo, para o lugar do membro suplente é chamado o próximo na ordem de votação e por categoria.

CAPÍTULO IV – DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 17º - A convocação da eleição será realizada pela Direção/ Gerência) do órgão de Enfermagem, em edital interno, no mínimo, com 30(trinta) dias antes da data de realização do pleito eleitoral.

Parágrafo único – A Direção/ Gerência do órgão de Enfermagem deverá encaminhar cópia do edital de convocação de eleição ao COREN-SC, no mesmo dia em que foi publicado na instituição, juntamente com a relação dos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares com vínculo empregatício efetivo na entidade.

Art. 18º - A Direção (gerência) do órgão de Enfermagem designará uma comissão eleitoral para conduzir todos os resultados de divulgação, organização, realização do pleito, apuração e divulgação dos resultados.

- 1. É incompatível a condição de membro da comissão eleitoral com a de candidato.
- 2. A comissão eleitoral elegerá um presidente e um secretário entre seus membros.

Art. 19º - Todo o material necessário para a realização dos trabalhos eleitorais serão solicitados e providenciados pela comissão eleitoral e fornecidos pela Direção/ Gerência do órgão de Enfermagem da instituição.

Art. 20º- A escolha dos membros da CEEEn será através de eleição direta e secreta, onde os candidatos serão eleitos por sua categoria, ou seja Enfermeiro vota em Enfermeiro, Técnico vota em Técnico de enfermagem e Auxiliar vota em Auxiliar.

Art. 21º - Somente poderão votar os profissionais regularmente inscritos no COREN – SC e com vínculo empregatício efetivo com a instituição.

Art. 22º - O COREN – SC fornecerá a comissão eleitoral, a relação dos profissionais de Enfermagem da instituição que estiverem devidamente inscritos e em condições de votar e ser votado.

Art. 23º - O COREN – SC fornecerá a comissão eleitoral, a relação dos profissionais de Enfermagem da instituição que estiverem devidamente inscritos em condições de votar e ser votado.

Art. 24º- Cada setor deverá indicar, no mínimo um profissional de nível médio e os profissionais de nível superior deverão ser indicados pelos seus colegas ou por candidatura própria e deverão ser no mínimo três (03) Enfermeiros (as) como candidatos para eleição dos membros da CEEEn.

III – O membro suplente que sobe para efetivo, na próxima eleição ele ainda se mantém por mais dois anos para completar a sua gestão que é de quatro anos e é eleito um novo suplente;

IV – O membro suplente mais votado que subiu para efetivo, abre espaço ao segundo mais votado na última eleição direta. Se o membro efetivo voltar a suas prerrogativas de efetivo, o atual membro efetivo passa a voltar a ser suplente e o atual suplente passa a ser o primeiro da chamada para quando necessário;

V- Cada membro da comissão pode ser eleito por dois mandatos de três anos.

Art. 25º - A CEEEn elegerá, entre seus membros efetivos, um Coordenador, um Secretário e um Tesoureiro, que terão mandato de 03 (três) anos.

Art. 26º - Os profissionais de Enfermagem indicados pelo setor deverão candidatar-se individualmente, sem formação de chapas inscrevendo-se junto à comissão eleitoral, até 10 (dez) dias antes do pleito apresentando um fiscal, se assim desejar.

Art. 27º - O local para realização do pleito será definido pela comissão eleitoral em comum acordo com a direção de enfermagem.

Art. 28º - A eleição deverá ser realizada durante o horário normal de expediente da instituição, respeitando os turnos, e o tempo destinado ao pleito eleitoral, não poderá ser inferior a 14 (catorze) horas consecutivas, para que abranja todos os turnos. A comissão deverá se revezar durante o pleito.

*1 - A comissão eleitoral deverá ter as horas livres do seu trabalho normal para este trabalho específico.

Art. 29º - Todas as ocorrências do processo eleitoral deverão ser registradas em ata que será assinada pelo presidente, secretário, fiscais (se houver) e demais membros da comissão eleitoral.

CAPÍTULO V - DAS REUNIÕES

Art. 30º- A CEEEn reunir-se-á ordinariamente a cada 30 dias. Podendo ocorrer reuniões extraordinárias, convocadas pelo Coordenador, pelo COREN-SC ou por autoconvocação (maioria simples dos integrantes).

- 1- Na ausência do coordenador, o secretário coordenará a reunião.
- 2- Na ausência do secretário será escolhido entre os presentes um substituto.
- 3 - Serão lavradas as atas resumidas de todas as reuniões da comissão, constando a relação dos presentes, justificativas dos ausentes, registros das decisões e encaminhamentos.
- 4 - O quórum mínimo para as reuniões, verificando até (trinta) minutos após a hora marcada para o início das mesmas, é de maioria simples dos membros efetivos ou seus suplentes quando na condição de substituto.
- 5 - Na ausência de quórum a reunião será suspensa sendo feita nova convocação.
- 6 - Quando tratar-se da segunda convocação, esta terá validade independentemente do quórum presente, tendo validade para tanto, as decisões tomadas.

Art. 31º - As decisões da CEEEn serão tomadas por maioria simples de seus membros efetivos e suplentes.

- 1 - Os membros efetivos terão direito a voz e voto.
- 2 - Os membros suplentes poderão participar de todas as reuniões, na obrigação de convidados. Os suplentes presentes terão também direito a voz e voto.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32º-. Este regimento poderá ser alterado por proposta da CEEEn, da Direção/Gerência de Enfermagem da instituição ou da Comissão de Ética do Coren/SC.

Art. 33º. A Direção Assistencial/Gerência de Enfermagem da instituição garantirá as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades da CEEEn.

Art. 34. Os casos omissos serão decididos pelo Plenário do Coren/SC.



REGIMENTO INTERNO COMISSÃO DE ÉTICA DE ENFERMAGEM - CEEEn

Jaraguá do Sul, 26 de Junho de 2017

Membros Efetivos:

Enfª Leia de Souza

Téc. Enfermagem Jucemeire Aparecida Eckert

Aux. Enfermagem Maria de Lourdes Coelho

Membros Suplentes:

Enfermeiro Marinaldo Acyr Rodrigues

Téc. Enfermagem Ivone Gonçalves

Aux. Enfermagem Andreia da Silva Streit